



A REALIDADE DA DEFICIÊNCIA

TRABALHO REALIZADO POR:

SOFIA GONÇALVES Nº16

VERA VALADEIRO Nº20

DEFICIÊNCIA

Deficiência é o termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Diz respeito à biologia da pessoa. Este conceito foi definido pela Organização Mundial de Saúde. A expressão pessoa com deficiência pode ser aplicada referindo-se a qualquer pessoa que possua uma deficiência. Contudo, há que se observar que em contextos legais ela é utilizada de uma forma mais restrita e refere-se a pessoas que estão sob o amparo de uma determinada legislação.

INCLUSÃO SOCIAL DO DEFICIENTE

A pessoa com deficiência geralmente precisa de atendimento especializado, seja para fins terapêuticos, como fisioterapia ou estimulação motora, seja para que possa aprender a lidar com a deficiência e a desenvolver as potencialidades. A Educação especial tem sido uma das áreas que tem desenvolvido estudos científicos para melhor atender estas pessoas, no entanto, a educação regular passou a se ocupar também do atendimento de pessoas com necessidades educativas especiais, o que inclui pessoas com deficiência além das necessidades comportamentais, emocionais ou sociais.

Desde a Declaração de Salamanca, surgiu o termo necessidades educativas especiais, que veio a substituir o termo criança especial, anteriormente utilizado em educação para designar a criança com deficiência. Porém, este novo termo não refere-se apenas à pessoa com deficiência, pois engloba toda e qualquer necessidade considerada atípica e que demande algum tipo de abordagem específica por parte das instituições, seja de ordem comportamental, seja social, física, emocional ou familiar.

Em Portugal, as organizações de pessoas com deficiência bem como as organizações de direitos humanos são os parentes pobres da concertação social. Com meios desproporcionalmente mais reduzidos, não só não têm assento no Conselho de Concertação Social, como não têm sido chamados a pronunciarem-se em

matérias ou questões fundamentais como foram e são os processos de revisão constitucional, a transposição de Directivas Comunitárias ou os Planos Nacionais de Emprego e de Acção para a Inclusão. Quando a auscultação se verifica, revela-se pontual e aleatória, com prazos de resposta de todo desajustados face não só à complexidade dos conteúdos, mas também face aos recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis.

A prova última de como o Estado ignora as pessoas com deficiência e as suas organizações representativas prende-se precisamente com a Convenção Internacional. Não só se desconhece quem representa Portugal no Grupo Ad Hoc, como as informações relativas ao desenrolar do processo que envolve a elaboração da Convenção provêm única e exclusivamente das ONG de pessoas com deficiência.

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO AO DEFICIENTE

O termo deficiente para denominar pessoas com deficiência tem sido considerado por algumas ONGs e cientistas sociais inadequado, pois o termo leva consigo uma carga negativa depreciativa da pessoa, fato que foi ao longo dos anos se tornando cada vez mais rejeitado pelos especialistas da área e em especial pelos próprios portadores. Muitos, entretanto, consideram que essa tendência politicamente correta tende a levar os portadores a uma negação da sua própria situação e a sociedade ao não respeito da diferença. Atualmente a palavra é considerada como inapropriada, e pode promover, segundo muitos estudiosos, o preconceito em detrimento do respeito ao valor integral da pessoa.

Durante as últimas décadas poucos foram os elementos da Carta Internacional de Direitos Humanos que não foram sujeitos a negociação ou mereceram o desencadear de acções por parte do movimento da deficiência: o direito à vida, ao trabalho, à educação, a fundar uma família, ter um nível de vida adequado, não ser sujeito a tortura ou a tratamento cruel, desumano ou degradante, entre muitos outros.

CONVENÇÃO DA DEFICIÊNCIA

Um acordo foi celebrado em 25 de Agosto de 2006 em Nova Iorque, por diversos Estados em uma convenção preliminar das Nações Unidas sobre os direitos da pessoa com deficiência, o qual realça, no artigo 24, a Educação inclusiva como um direito de todos. O artigo foi substancialmente revisado e fortalecido durante as negociações que começaram há cinco anos. Em estágio avançado das negociações, a opção de educação especial (segregada do ensino regular) foi removida da convenção, e entre 14 e 25 Agosto de 2006, esforços perduraram até os últimos dias para remover um outro texto que poderia justificar a segregação de estudantes com deficiência. Após longas negociações, o objetivo da inclusão plena foi finalmente alcançado e a nova redação do parágrafo 2 do artigo 24 foi definida sem objeção. Cerca de sessenta delegações de Estado e a Liga Internacional da Deficiência (International Disability Caucus), que representa cerca de 70 organizações não governamentais (ONGs), apoiaram uma emenda proposta pelo Panamá que obriga os governos a assegurar que: as medidas efetivas de apoio individualizado sejam garantidas nos estabelecimentos que priorizam o desenvolvimento acadêmico e social, em sintonia com o objetivo da inclusão plena. A Convenção preliminar antecede a assembléia geral da ONU para sua adoção, que se realizará no final deste ano. A convenção estará então aberta para assinatura e ratificação por todos os países membros, necessitando de 20 ratificações para ser validada. A Convenção da Deficiência é o primeiro tratado dos direitos humanos do Século XXI e é amplamente reconhecida como tendo uma participação da sociedade civil sem precedentes na história, particularmente de organizações de pessoas com deficiência.

Está estabelecido na Carta das Nações Unidas que os instrumentos de direitos humanos se aplicam a todos os seres humanos – são universais:

“a promoção e encorajamento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais é um ideal a atingir por todos.”

A Declaração de Viena confirmou que as pessoas com deficiência estão incluídas no âmbito da protecção proporcionada pela Carta Internacional dos Direitos Humanos. O artigo 63.º declara:

“A Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos reafirma que todos os direitos humanos e liberdades fundamentais são universais e a sua observância inclui as pessoas com deficiência. Todas as pessoas nascem iguais e têm os mesmos direitos à vida e bem estar, à educação e ao trabalho, à vida autónoma e à participação activa em todos os aspectos da sociedade. Qualquer discriminação directa ou outro tratamento discriminatório negativo de uma pessoa com deficiência constitui, por isso, uma violação dos seus direitos.”

Uma Convenção específica de direitos humanos que reflecta todo o conjunto de direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais consagrados na Carta Internacional de Direitos Humanos. E que assente em três pilares fundamentais:

Primeiro Pilar – Não discriminação

A Convenção deve incluir a clara proibição de todo e qualquer tipo de discriminação directa ou indirecta em razão da deficiência.

Segundo Pilar – Políticas activas (discriminação positiva)

Por forma a esbater e corrigir a herança da discriminação legada do passado, é necessário que a Convenção contenha disposições a adoptar pelos Estados Membros destinadas a assegurar a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, de forma a garantir a sua plena participação.

Terceiro Pilar – Participação

Deve ser assegurado às pessoas com deficiência, através das suas organizações representativas, intervir em todo o processo de elaboração da Convenção. A Convenção deve prever também mecanismos efectivos de monitorização, sustentados na perspectiva das pessoas com deficiência, bem como medidas a adoptar pelos Estados Membros que garantam a participação das organizações de pessoas com deficiência nos processos de definição, planeamento, execução e supervisão das políticas que lhes digam directa ou indirectamente respeito.

DIREITOS DOS DEFICIENTES

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. A dimensão de direitos humanos da deficiência

Os direitos da deficiência são direitos humanos. As pessoas com deficiência são titulares de todo o conjunto de direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais consagrados na Carta Internacional de Direitos Humanos, em igualdade com todas as outras pessoas. A igual protecção de todos, incluindo os que vivem com uma deficiência, e a não discriminação são os fundamentos nos quais se basearam os Instrumentos internacionais de direitos humanos.

No entanto, a realidade é diferente. Em todas as sociedades do mundo, incluindo nos países com um nível de vida relativamente elevado, 600 milhões de crianças, mulheres e homens continuam a enfrentar práticas e obstáculos discriminatórios, que os impedem de exercer os seus direitos e liberdades e tornam mais difícil a sua plena participação na vida das sociedades em que estão inseridos.

No passado, as pessoas com deficiência sofreram de uma relativa “invisibilidade”, quer nas suas sociedades, quer na arena internacional. Foram consideradas durante muito tempo como “objectos” de protecção em vez de sujeitos dos seus próprios direitos. Esta aproximação, comumente referida como “modelo médico” da deficiência, focada quase exclusivamente no tratamento médico das pessoas (tal como das suas deficiências), conduziu à exclusão das pessoas com deficiência do seu meio social.

Actualmente, esta omissão está a inverter-se. As pessoas com deficiência começam a ser vistas como detentoras de direitos. A aproximação à deficiência, baseada nos direitos, significa na prática que as pessoas com deficiência são sujeitos da lei. Centra-se no ser humano e tem como finalidade dotar as pessoas com deficiência dos meios necessários a assegurar-lhes a participação

activa na vida política, económica, social e cultural de maneira observadora e respeitadora da sua diferença. A aproximação aos direitos humanos da deficiência coloca uma ênfase crescente na participação das pessoas com deficiência e seus representantes na formulação e implementação dos programas e políticas que os afectam.

2. A realidade em Portugal

Portugal é hoje, em muitos aspectos, tido como um país desenvolvido. Os progressos evidenciados pelo país, em termos políticos, económicos e sociais desde o 25 de Abril de 1974, não se traduziu proporcionalmente na melhoria significativa dos índices de qualidade de vida das pessoas com deficiência. Portugal nesta matéria, apesar da legislação existente, está mais próximo dos países menos desenvolvidos, do que propriamente dos seus parceiros da União Europeia.

Os problemas de inclusão começam, desde logo, no acesso das crianças com deficiência às creches e infantários. É frequente que estes estabelecimentos informem os pais de não terem condições para receberem os seus filhos. São inúmeros, por isso, os casos em que um dos pais é obrigado a renunciar ao seu emprego para assistir o filho com deficiência nos primeiros anos de vida.

Quando se procedeu à inclusão das crianças e jovens com deficiência no ensino regular, sem que tivessem sido adoptadas medidas para possibilitar esta integração nas melhores condições, criou-se um mal estar generalizado, não só para os próprios como para os professores e as escolas que, sem apoios quer humanos quer técnicos, não foram capazes de assegurar uma integração/inclusão efectiva.

Daí, que se tivesse generalizado a ideia, entre a comunidade escolar, da impossibilidade de integrar algumas crianças com deficiências mais profundas nas estruturas do ensino regular. Esta assunção deu suporte à intenção do actual governo de reactivar as instituições de ensino especial e de criar, dentro das escolas, novas modalidades de segregação – as unidades especializadas.

Sem acesso à educação e formação de qualidade, as pessoas com deficiência vêm-se impossibilitadas de aceder ao mercado normal

de trabalho em condições de igualdade. As medidas de discriminação positiva adoptadas para o sector privado são insuficientes para captarem os empregadores. No sector público a quota de emprego definida carece de aplicação. As consequências são previsíveis: ou as pessoas com deficiência integram o grupo de desempregados ou os trabalhadores mais mal remunerados.

Daí que a tendência em Portugal seja o aumento do número de subsídio-dependentes e a manutenção das pessoas com deficiência entre os estratos mais pobres da população.

O ordenamento jurídico português consagra, em sede de Lei Constitucional, pelo seu artigo 71º, direitos fundamentais dos cidadãos com deficiência.

O quadro regulador, em execução da Lei Constitucional, é vasto.

Artigo 71.º Cidadãos portadores de deficiência

1 - Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados.

2 - O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores.

3 - O Estado apoia as organizações de cidadãos portadores de deficiência.

Artigo 74.º Ensino

g) Promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário;



JOGOS PARAOLÍMPICOS

Os Jogos Paraolímpicos, são um evento desportivo de múltiplos desportos, equivalente aos Jogos Olímpicos, com provas restritas a atletas com deficiências físicas, mentais ou sensoriais. Inclui atletas com deficiências de mobilidade, amputações, cegueira e paralisia cerebral e deficientes mentais (excluídos a partir de 2000). Os Jogos Paraolímpicos ocorrem a cada quatro anos, após os Jogos Olímpicos, e são geridos pelo Comité Paraolímpico Internacional.

MODALIDADES

Arco e flecha

Incluído pela primeira vez nas Paraolimpíadas em Roma em 1960, esta modalidade destina-se a deficientes motores, com paralisia cerebral, amputados e Les Autres. As competições são individuais ou por equipe. O objetivo é atirar flechas a um alvo de 122 cm de diâmetro, localizado a 70 metros de distância.

Atletismo

O atletismo faz parte dos Jogos Paraolímpicos desde a sua primeira edição em Roma, 1960. Participam nas provas atletas com todos os tipos de deficiência, nos gêneros masculino e feminino. Estes são classificados de acordo com o tipo de deficiência apresentada, de forma a haver equilíbrio na competição. As provas são divididas em: Corridas, saltos, lançamentos e pentatlo.

Basquete em cadeira de rodas

Destinada a portadores de deficiência física motora, em cadeira de rodas, nas categorias masculina e feminina. A modalidade segue as mesmas regras da Federação Internacional de Basquete Amador, com adaptações para os atletas participantes: a cada dois movimentos para impulsionar a cadeira, o jogador tem de driblar a bola pelo menos uma vez e a falta técnica é utilizar os membros inferiores para obter algum tipo de vantagem, como colocar o pé no chão ou levantar um pouco do assento. As dimensões do campo e a altura das cestas são as mesmas do basquete convencional.

Bocha

O jogo de bocha ou bócia é um esporte jogado entre duas pessoas ou duas equipes, que consiste em lançar bochas (bolas) e situá-las o mais perto possível de um bolim (bola pequena), previamente lançado. O adversário por sua vez, tentará situar as suas bolas mais perto ainda do bolim, ou remover as bolas dos seus oponentes. O comprimento da cancha-padrão é 20,5 metros.

Incluída nas Paraolimpíadas em 1984 (Roma), é uma modalidade que requer concentração, coordenação, controle muscular, precisão, trabalho em equipe, cooperação e estratégia. Destinada a pessoas com paralisia cerebral ou dificuldade motora e usuários de cadeira de rodas, a competição consiste em lançar bolas vermelhas ou azuis o mais próximo possível da bola branca. Assim vence o jogador ou a equipe que aproximar mais a bola, que podem ser impulsionadas pela mão, o pé ou com a ajuda de um dispositivo auxiliar.

Ciclismo

Atletas com paralisia cerebral, deficientes visuais e amputados praticam o ciclismo, nas categorias feminina e masculina, individual ou por equipes usando bicicletas e triciclos (paralisados cerebrais, segundo o grau de lesão). Atletas cegos competem em bicicletas duplas, com um guia. As regras são as mesmas do ciclismo convencional, mas com pequenas alterações, relativas à segurança. As provas dividem-se em: estrada, velódromo e contra-relógio. Mas com a segurança dobrada.

Esgrima

Com provas individuais ou por equipes, esta modalidade destina-se a portadores de deficiência física motora, em cadeira de rodas, nas categorias masculina e feminina. A cadeira é fixada ao solo, por meio de uma armação especial, que ao mesmo tempo posiciona o atleta num certo ângulo e distância. A partida tem três períodos de três minutos - ou até um dos adversários completar 15 pontos e pode ser disputada nas categorias: florete, espada (masculina e feminina) e sabre (masculina).

Futebol de 5

Incluído no Programa nas Paraolimpíadas de Atenas, o Futebol de 5 é praticado por atletas cegos. Estes apresentam a classe desportiva B1, B2 e B3 (o B da sigla é relacionado com palavra inglesa Blind, que na língua portuguesa significa cego). Os jogadores usam uma venda nos olhos para evitar que aqueles que apresentam percepção luminosa tenham vantagem. A bola possui guizos e os jogadores orientam-se pelo som que eles produzem. As partidas, com cinco jogadores em cada equipe, têm dois tempos de 25 minutos e são disputadas em campos de futebol de salão ou relva sintética.

Futebol de 7

Seguindo as regras da FIFA, com pequenas alterações, é praticado por atletas com paralisia cerebral (PCs). Joga-se em duas partes de 30 minutos, com um intervalo de 15 minutos, não existindo foras-de-jogo e o lançamento lateral pode ser feito com as duas mãos ou com uma só. Cada equipe tem sete jogadores em campo, inclusive o goleiro. A bola tem um "guizo" que permite o jogador cego ouvir a bola se aproximar ou aonde ela está indo.

Goalball

Modalidade criada exclusivamente para pessoas portadoras de deficiência visual e incluída pela primeira vez nas Paraolimpíadas de Toronto, em 1976. Competem atletas classificados como B1 (cego), B2 (percepção de vulto) e B3 (definição de imagem), segundo as normas de classificação da International Blind Sports Federation - IBSA. Separadas nas categorias masculina e feminina, cada equipe fica do seu lado do campo, com três jogadores cada uma e com, no máximo, três suplentes. O jogo consiste em lançar a bola com a mão na direção da baliza adversária.

Levantamento de peso

O levantamento de peso paraolímpico é praticado por atletas em cadeira de rodas, com pernas amputadas e com paralisia cerebral, divididas em categorias de peso, conforme a massa corporal. Há uma única prova: o supino. As mulheres competiram pela primeira vez em 2000, em Sydney.

Equitação

Participam nesta modalidade deficientes visuais e deficientes físicos. A única competição na equitação é o adestramento, dividido de acordo com o tipo de paralisia. O vencedor é o cavaleiro ou amazona que demonstrar maior domínio sobre o cavalo após uma série de exercícios como o passo, o trote e o galope. A equitação é um dos desportos mais democráticos das Paraolimpíadas, pois permite que homens e mulheres disputem a mesma prova em condições de igualdade.

Judo

Reservado a atletas portadores de deficiência visual, o judô obedece às regras da Federação Internacional de Judo. São necessárias algumas adaptações, como o fato de não haver punição para ultrapassagem da área de combate no tatami e as advertências são feitas por meios audíveis. O sistema de pontuação é o mesmo: "ippon", "wazari", "yuko" e "koka". A vitória também pode ser obtida através de uma imobilização do oponente por 30 segundos. As competições dividem-se em sete categorias de peso, no masculino e no feminino. As mulheres fizeram a sua estreia nos Jogos de Atenas.

Natação

Nesta modalidade participam atletas de todos os tipos de deficiência, divididos em dois grupos: os portadores de deficiência visual e os todos os outros. As regras são as mesmas da Federação Internacional de Natação Amadora, com adaptações, em especial às partidas, viragens e chegadas. As competições, nas categorias masculina e feminina, por equipes ou individual, abrangem os quatro estilos oficiais: bruços, borboleta, costas e livre. As distâncias variam de 50 a 1500 metros. E aos nadadores cegos permite-se receber aviso do treinador quando se aproximam das bordas.

Rugby

O desporto em si é uma mistura de futebol, basquete e vôlei. Foi esporte de demonstração em Atlanta 1996, é um esporte que permite homens e mulheres na mesma equipe, sendo que é jogado por cadeirantes. O objetivo do jogo é ultrapassar a linha de fundo do adversário com a bola. Cada um recebe uma pontuação de acordo com o grau de deficiência, variando de 0,5 a 3,5 pontos. As equipes, formadas por quatro atletas, não devem ter a soma dos jogadores maior do que oito pontos.

Tênis de mesa

Participam na modalidade atletas com paralisia cerebral, amputados e em cadeira de rodas, nas categorias masculina e feminina, por equipe, individual ou open. Pode ser praticado em pé ou de cadeira de rodas. A imposição da bola bater no meio da mesa no serviço e a permissão para que o atleta se apoie na mesa, desde que não a tire do lugar, são algumas das poucas adaptações das regras da Federação Internacional, também no serviço a bola deve sair pela linha de fundo e não pelas laterais.

Tênis em cadeira de rodas

Para a prática deste desporto, o atleta precisa combinar força e precisão na batida da bola e velocidade e técnica na movimentação da cadeira. Joga-se como o tênis convencional, com pequenas alterações, como a bola poder bater duas vezes - a primeira dentro do campo e no serviço, não é permitido que as rodas traseiras da cadeira toquem a linha de fundo. Esta modalidade é destinada a atletas com cadeira de rodas, nas categorias masculina e feminina.

Tiro

O esporte entrou no programa em Arnhem, em 1980, nas categorias femininas e masculinas. Durante a competição, que pode ser disputada em pé ou sentado, o atirador tem direito a fazer 60 tiros em 1h45min, em distâncias variadas de 10 a 50 metros. O alvo possui dez círculos concêntricos, cada um com 0,7mm. O círculo mais externo vale um ponto e assim por diante até o centro, que vale dez pontos.

Vela

Foi desporto de demonstração em Atlanta 1996 e entrou oficialmente no programa em Sydney 2000. Participam na modalidade atletas em cadeira de rodas, amputados, deficientes visuais, com paralisia cerebral e Les Autres. Apenas duas classes fazem parte do programa da vela nas Paraolimpíadas: a classe Sonar que é composta por três atletas, que recebem pontos que variam de 1 a 7, de acordo com o grau de deficiência, sendo que cada equipa não pode ultrapassar a marca de 12 pontos e a 2,4mR, disputada por apenas um velejador em cada barco.

Vôlei

O esporte entrou no programa em Arnhem, em 1980, com 90% das regras básicas do vôlei tradicional. Inclusive que o tamanho da quadra é o mesmo, a única diferença é o tamanho da rede que é 1,15 metros de altura. Cada equipe pode ter 6 jogadores ao mesmo tempo na quadra e inscreve 12 participantes, nas categorias masculina e feminina.

Exclusão dos deficientes mentais

Em 2000, os deficientes mentais foram excluídos dos jogos por causas de denúncias de fraudes na escalação dos atletas. Na época, um jornalista se infiltrou na equipe de basquetebol da Espanha, e descobriu que atletas sem deficiência eram escalados, inclusive o próprio jornalista foi escalado entre os jogadores^[4].

Havia muita dificuldade em definir o que seria "deficiência mental" já que os critérios não são bem definidos. Na Assembleia Geral do Comité Paraolímpico Internacional no Cairo no Egito em 2004, foi aprovada a resolução que permitia novamente a participação de portadores de deficiência mental nos jogos somente nos Jogos Paraolímpicos de 2012



Viajam pelo mundo fora em busca de **conquistas e vitórias**. Não são navegadores, mas são conquistadores de **medalhas**, o que os torna os melhores por onde passam.

Por todo o mundo, fazem soar “A Portuguesa” e ambicionam ouvi-la tocar em 2012 nos Jogos Paralímpicos de Londres.

Podem até ser considerados os reis das medalhas.

FJN!!!